

Banco Sumitomo  
Mitsui Brasileiro  
S.A.

**Demonstrações financeiras em  
30 de junho de 2020**

# Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	7
Demonstração de resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

## **Relatório da Administração**

Senhores acionistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, cujo lucro líquido no semestre foi de R\$ 23.523 mil (R\$ 17.488 mil em 30 de junho de 2019), os ativos totais, R\$ 8.171.377 mil (R\$ 7.246.914 mil em 31 de dezembro de 2019) e a carteira de crédito R\$ 1.964.006 mil (R\$ 1.537.427 mil em 31 de dezembro de 2019).

Permanecemos à disposição de V.Sas, para quaisquer esclarecimentos que se acharem necessários, informando ainda que, todos os documentos contábeis suporte dessas demonstrações financeiras se encontram na sede deste estabelecimento.

São Paulo, 30 de setembro de 2020.

KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas e ao Conselho de Administração do  
Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### **Mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.g e 9.e, para fins de mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, as operações de crédito e câmbio são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, conforme política do Banco que leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação, seus devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). O Banco aplica os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito e, além dos parâmetros estabelecidos na referida Resolução, o Banco reconhece uma provisão adicional, com base em metodologia interna. A classificação das operações de crédito em níveis de risco e a mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito envolvem premissas e julgamentos do Banco baseados em suas metodologias internas. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas, inerentes à determinação da estimativa da provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a complexidade dos métodos e premissas utilizados, bem como ao julgamento envolvido na sua determinação, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria abordou esse assunto**

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, bem como, às metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Adicionalmente, avaliamos com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo Banco, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais e os valores dados em garantias formais, incluindo as metodologias e premissas utilizadas para a provisão. Analisamos o cálculo aritmético da provisão, incluindo na avaliação o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, no contexto das demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

### **Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo avaliação das estruturas de hedge contábil**

Conforme notas explicativas nº 3.f e 7.4, o Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e mitigação de riscos de moedas estrangeiras e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados. Esses instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de Swap, Non deliverable Forward (NDF) e Futuros. A metodologia de marcação a mercado desses instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito

associado à contraparte. Adicionalmente, o Banco possui contratos de Futuros, que foram realizados com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira e operações de crédito pré-fixadas em reais. Essas operações foram designadas como derivativo de “hedge” e classificados em operações de “Hedge” de Risco de Mercado ou “Hedge” de Fluxo de Caixa. As operações designadas para “hedge” são mensuradas a valor de mercado. A mensuração a valor justo tanto dos derivativos como do item objeto de “hedge” devem atender aos critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082/02, norma que estabelece e consolida critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos, além de políticas e controles para garantir a sua efetividade. Devido à incerteza sobre as premissas e estimativas envolvidas para precificação dos instrumentos financeiros derivativos e para mensuração a valor de mercado do item objeto de “hedge”, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

#### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Como parte dos nossos procedimentos, avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave adotados pelo Banco para mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo os derivativos destinados a “hedge”, e dos item objeto de “hedge”. Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, testamos os modelos desenvolvidos pelos profissionais do Banco para a determinação dos valores justos e a razoabilidade dos critérios para definição dos parâmetros e das informações incluídas nos modelos de precificação utilizados, recalculamos o valor das operações e comparamos as premissas usadas para determinação do valor justo com operações similares no mercado. Ainda, com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, obtivemos o entendimento das estratégias de proteção adotadas pelo Banco, incluindo aquelas relacionadas a contabilidade de hedge para preservar o spread das aplicações depósitos interfinanceiros e operações de repasse. Avaliamos a suficiência da documentação preparada pelo Banco que suporta a designação como contabilidade de “hedge”, especificamente as designações formais contendo as descrições de todas as estratégias e metodologias utilizadas para mensuração da efetividade. Efetuamos ainda o recálculo do teste de efetividade de cobertura prospectivo e retrospectivo preparados pelo Banco. Adicionalmente, analisamos se as informações apresentadas em notas explicativas atendem a todos os requisitos de divulgação determinados pelas normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima summarizados, consideramos aceitável a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo os derivativos destinados a “hedge”, e dos itens objeto de “hedge”, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

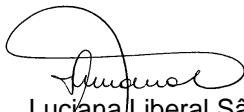
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de setembro de 2020.

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Luciana Liberal Sâmia  
Contadora CRC 1SP198502/O-8

**Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A**  
**Balanço Patrimonial**  
 em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
*(Em milhares de Reais)*

ATIVOS	NOTA	Junho/2020	Dezembro/2019	PASSIVOS	NOTA	Junho/2020	Dezembro/2019
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>4</b>	<b>2.089.017</b>	<b>1.940.571</b>	<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>			
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>		<b>5.994.149</b>	<b>5.217.692</b>	<b>Depósitos</b>	<b>14</b>	<b>1.496.284</b>	<b>2.223.803</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	602.926	563.950	Depósitos à vista		98.848	76.100
Aplicações em depósitos interfinanceiros		602.926	563.950	Depósitos interfinanceiros		114.721	2.090
				Depósitos a prazo		1.282.715	2.145.613
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>		<b>1.541.444</b>	<b>2.408.285</b>	<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>176</b>	-
Carteira própria		1.025.791	1.909.182	<b>Relações Interdependências</b>		<b>22.948</b>	<b>22.848</b>
Vinculados Prestação de Garantias		515.653	499.103	<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>6.b</b>	<b>421.289</b>	<b>177.880</b>
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>6.b</b>	<b>382.323</b>	<b>58.713</b>	<b>Obrigações por empréstimos no Exterior</b>	<b>15.a</b>	<b>851.194</b>	<b>1.093.657</b>
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>439.292</b>	<b>201.730</b>	<b>Obrigações por repasses do Exterior</b>	<b>15.b</b>	<b>2.435.243</b>	<b>1.320.874</b>
Depósitos no Banco Central do Brasil - BACEN		2.151	1.750				
Repasses Interfinanceiros	8	437.088	200.028	<b>Carteira de câmbio</b>	<b>10</b>	<b>965.249</b>	<b>460.524</b>
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	8	(120)	(48)	<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>16.a</b>	<b>40.128</b>	<b>44.772</b>
Correspondentes no país		173	-				
<b>Operações de Crédito</b>		<b>1.295.458</b>	<b>1.031.295</b>	<b>PROVISÕES</b>	<b>16.b</b>	<b>83.091</b>	<b>79.887</b>
Setor privado	9.a	1.296.788	1.032.703			62.058	56.856
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	9.e	(1.330)	(1.408)	Fiscais, cíveis e trabalhistas		21.033	23.031
<b>Carteira de câmbio</b>	<b>10</b>	<b>1.734.422</b>	<b>955.349</b>	<b>PASSIVOS FISCAIS</b>		<b>33.572</b>	<b>37.073</b>
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	9.e	(1.716)	(1.630)	Passivos tributários correntes	<b>19.a</b>	10.970	25.632
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>12</b>	<b>37.109</b>	<b>35.190</b>	Obrigações fiscais diferidas	<b>19.c</b>	22.602	11.441
<b>ATIVOS FISCAIS</b>	<b>11</b>	<b>43.381</b>	<b>46.022</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.822.203</b>	<b>1.785.596</b>
Ativos tributários correntes		6.788	14.780	Capital:		1.559.699	1.559.699
Crédito Tributário		36.593	31.242	De domiciliados no país		2	2
				De domiciliados no exterior		1.559.697	1.559.697
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>123</b>	<b>123</b>	Reservas de Lucros		249.700	226.177
				Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	<b>6.a</b>	857	(13)
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>13.a</b>	<b>3.273</b>	<b>3.077</b>	Hedge Fluxo de Caixa		828	2.030
Outras imobilizações de uso		14.785	13.934	Ajustes Ref. Passivos Atuariais- CVM 600		(12.132)	(12.132)
Depreciações acumuladas		(11.512)	(10.857)	Ajustes variação cambial investimentos		23.251	9.835
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>13.b</b>	<b>4.325</b>	<b>4.239</b>				
Ativos Intangíveis		12.980	12.448				
Amortizações acumuladas		(8.655)	(8.209)				
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>8.171.377</b>	<b>7.246.914</b>	<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>8.171.377</b>	<b>7.246.914</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Banco Sumitomo Mistui Brasileiro S.A****Demonstração do resultado**

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota explicativa		
		<b>Junho/2020</b>	<b>Junho/2019</b>
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>909.492</b>	<b>138.205</b>
Operações de crédito	20.a	142.767	30.697
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	20.b	148.142	153.483
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	20.c	301.504	(39.693)
Resultado de operações de câmbio	20.d	317.079	(6.282)
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(820.504)</b>	<b>(63.716)</b>
Operações de captação no mercado	20.e	(30.070)	(60.175)
Operações de empréstimos e repasses	20.f	(790.425)	(2.751)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	8.e	(9)	(787)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>88.988</b>	<b>74.489</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(45.712)</b>	<b>(40.720)</b>
Receitas de prestação de serviços	20.g	17.196	15.674
Despesas de pessoal	20.h	(35.218)	(32.182)
Outras despesas administrativas	20.i	(23.485)	(22.275)
Despesas tributárias	20.j	(5.207)	(9.799)
Outras receitas / (despesas) operacionais	20.k	6.204	9.019
(Provisão) / Reversão passivos contingentes	20.l	(5.202)	(1.157)
<b>Resultado operacional</b>		<b>43.276</b>	<b>33.772</b>
<b>Resultado não operacional</b>	20.m	<b>22</b>	<b>181</b>
<b>Resultado antes da tributação</b>		<b>43.298</b>	<b>33.953</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	19	<b>(18.253)</b>	<b>(15.333)</b>
Imposto de Renda		(6.996)	(8.224)
Contribuição Social		(5.269)	(4.818)
Ativo Diferido Fiscal		(5.988)	(2.291)
<b>Participações estatutárias</b>		<b>(1.522)</b>	<b>(1.172)</b>
<b>Lucro líquido do semestre</b>		<b>23.523</b>	<b>17.448</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>1.559.699</b>	<b>1.559.699</b>
<b>Lucro por lote de mil ações - R\$</b>		<b>15,08</b>	<b>11,19</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Banco Sumitomo Mistui Brasileiro S.A**  
**Demonstração do Resultado Abrangente**  
 Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019  
*(Em milhares de Reais)*

Nota explicativa		
	<u>Junho/2020</u>	<u>Junho/2019</u>
<b>Lucro líquido dos semestres</b>	23.523	17.448
<b>Resultado abrangente que podem ser reclassificado subsequentemente para o lucro líquido:</b>	<b>13.083</b>	<b>4.266</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>		
Variação de valor justo	1.582	865
Efeito Fiscal	(712)	(389)
<b>Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior</b>		
Variação de valor justo	24.393	(649)
Efeito Fiscal	(10.977)	292
<b>Hedges fluxo de caixa</b>		
Variação de valor justo	(2.185)	7.540
Efeito Fiscal	983	(3.393)
<b>Total de outros resultados abrangentes no período</b>	<b>13.083</b>	<b>4.266</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>36.606</b>	<b>21.714</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Banco Sumitomo Mistui Brasileiro S.A**

**Demonstrativo das mutações do patrimônio líquido**

em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Reserva Lucros			Outros Resultados Abrangentes				Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
		Capital realizado	Legal	Estatutárias	Próprios	Ganhos e Perdas - Hedge	Ajuste Passivos Atuariais	Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>793.819</b>	<b>11.331</b>	<b>176.259</b>	<b>(628)</b>	<b>-</b>	<b>(6.440)</b>	<b>8.391</b>	<b>-</b>	<b>982.960</b>
Aumento Capital		765.880								765.880
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos					476	4.147				4.623
Ajuste passivos atuariais										-
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior									(357)	(357)
Resolução 4.524										
Lucro líquido do semestre									17.448	17.448
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>		<b>1.559.699</b>	<b>11.331</b>	<b>176.259</b>	<b>(152)</b>	<b>4.147</b>	<b>(6.440)</b>	<b>8.034</b>	<b>17.448</b>	<b>1.770.554</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>1.559.699</b>	<b>13.260</b>	<b>212.917</b>	<b>(13)</b>	<b>2.030</b>	<b>(12.132)</b>	<b>9.835</b>	<b>-</b>	<b>1.785.596</b>
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos					870	(1.202)				(332)
Ajuste passivos atuariais									13.416	13.416
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior										
Resolução 4.524										
Lucro líquido do semestre									23.523	23.523
Reserva legal	18.c		1.177						(1.177)	-
Reserva estatutária	18.d			22.346					(22.346)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>		<b>1.559.699</b>	<b>14.437</b>	<b>235.263</b>	<b>857</b>	<b>828</b>	<b>(12.132)</b>	<b>23.251</b>		<b>1.822.203</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Banco Sumitomo Mistui Brasileiro S.A**  
**Demonstração do Fluxo de Caixa**  
 Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019  
*(Em milhares de Reais)*

	<u><b>Junho/2020</b></u>	<u><b>Junho/2019</b></u>
<b>Atividades Operacionais</b>		
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>74.256</b>	<b>72.948</b>
<b>Resultado do semestre</b>	23.523	17.448
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>	<b>50.733</b>	<b>55.500</b>
Ajuste ao Valor de Mercado de T.V.M e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	19.064	33.866
Resultado em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	9.597	5.520
Ajuste de Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	9	787
Ajuste de Provisão (reversão) para Operações Interfinanceiras	72	11
Ajuste de Provisão (reversão) para garantias financeiras prestadas	(1.252)	(471)
Depreciações e Amortizações	1.297	1.338
Ajuste de Provisão para Riscos Fiscais	2	186
Ajuste de Provisão para Passivos Contingentes	5.200	972
Tributos Diferidos	(1.931)	626
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	12.265	13.042
Atualização Monetária / Reversão de Depósitos Judiciais	(222)	(327)
Provisões / Reversões para Gratificação de Pessoal	(908)	(1.969)
Outros	7.540	1.919
<b>Variação de Ativos e Passivos</b>	<b>(60.966)</b>	<b>(1.542.028)</b>
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(39.771)	(340.795)
(Aumento) Redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	777.698	(107.564)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(237.358)	50.404
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(264.084)	20.816
(Aumento) Redução em Operações da Carteira de Câmbio e Negociação e Intermediação de Valores (Ativos/Passivos)	(275.869)	(358.843)
(Aumento) Redução em Outros Ativos	94	(3.484)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(18.771)	(20.329)
(Redução) Aumento em Outros Passivos	(2.905)	(782.233)
<b>Disponibilidades Líquidas provenientes ou aplicadas nas atividades operacionais</b>	<b>13.290</b>	<b>(1.469.080)</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
(Aquisição) Alienação de Imobilizado Intangível	(720)	(323)
(Aquisição) Alienação de Imobilizado de Uso	(820)	(177)
<b>Disponibilidades Líquidas provenientes ou aplicadas nas atividades de investimentos</b>	<b>(1.540)</b>	<b>(500)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>		
Integralização de Capital	-	765.880
Aumento (Redução) em Depósitos	(727.519)	(250.547)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	864.215	1.079.716
<b>Disponibilidades Líquidas provenientes ou aplicadas nas atividades de financiamentos</b>	<b>136.696</b>	<b>1.595.049</b>
<b>Aumento / (Redução) das Disponibilidades</b>	<b>148.446</b>	<b>125.469</b>
Disponibilidades no Início do Período	45.607	49.279
Equivalente de Caixa no Início do Período	1.894.964	2.554.014
Total das disponibilidades e equivalente de caixa no início do período	1.940.571	2.603.293
Disponibilidades no Final do Período	504.024	39.188
Equivalente de Caixa no Final do Período	1.584.993	2.689.574
Total das disponibilidades e equivalente de caixa no final do período	2.089.017	2.728.762
<b>Variações em Disponibilidades Líquidas e Equivalente de Caixa no período</b>	<b>148.446</b>	<b>125.469</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**(Em milhares de Reais)**

## **1 Contexto operacional**

O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (“Banco”) está constituído como banco múltiplo, operando as carteiras comercial, inclusive operações de câmbio e de investimento, nos termos da Resolução nº 1.524/88 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Em 18 de janeiro de 2012, o Banco recebeu autorização do Banco Central do Brasil, para a instalação de uma agência nas Ilhas Cayman. A documentação de aprovação para a instalação da agência foi emitida em 08 de janeiro de 2013. O Banco iniciou efetivamente, as atividades operacionais na agência em setembro de 2013. Os saldos contábeis das dependências no exterior estão contemplados nas demonstrações financeiras.

## **2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, consideram as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/08, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01)
- Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração dos fluxo de caixa (CPC 03)
- Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25)
- Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24)
- Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações (CPC 10)
- Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23)
- Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1)
- Resolução CMN nº 4.424/15 – Benefícios a empregados (CPC 33)

- Resolução CMN nº 4.524/16 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02)
- Resolução CMN nº 4.534/16 – Ativo Intangível (CPC 04)
- Resolução CMN nº 4.535/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27)
- Resolução CMN nº 4.636/18 – Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 R1)
- Resolução CMN nº 4.748/19 – Mensuração do valor justo (CPC 46)

**a. Alterações na apresentação das demonstrações financeiras**

A Resolução CMN nº 4.720/2019 e seus normativos complementares alteraram, a partir de 01.01.2020, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes. Com base na referida Resolução e na Circular Bacen nº 3.959/2019, o Banco realizou mudanças na apresentação das demonstrações financeiras atendendo à respectiva Circular, dentre as quais destacamos:

**Balanço Patrimonial**

<b>Nomenclatura Anterior Dezembro / 2019</b>	<b>Valor</b>	<b>Nomenclatura Atual Junho /2020</b>
Disponibilidades	45.607	Caixa e equivalente a Caixa
Aplicações no mercado aberto	1.490.190	Caixa e equivalente a Caixa
Aplicações em Moeda Estrangeira	265.998	Caixa e equivalente a Caixa
Aplicações em Depósitos interfinanceiros	138.776	Caixa e equivalente a Caixa
Aplicações em Depósitos interfinanceiros	563.950	Aplicações em Depósitos interfinanceiros
Provisão para perdas em repasses interfinanceiros	(48)	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.079)	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(1.630)	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
Diversos	14.780	Ativos tributários correntes
Diversos	15.155	Crédito Tributário
Diversos	16.087	Crédito Tributário
Diversos	21.139	Outros Ativos
Despesas Antecipadas	1.172	Outros Ativos
Material em estoque	37	Outros Ativos
Rendas a receber	1.540	Outros Ativos
Negociação e Intermediação de Valores Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	11.302	Outros Ativos
	346	Outros Passivos

Sociais e estatutárias	3.659	Outros Passivos
Fiscais e Previdenciárias	4.587	Outros Passivos
Fiscais e Previdenciárias	25.632	Passivos tributários correntes
Fiscais e Previdenciárias	11.441	Obrigações fiscais diferidas
Fiscais e Previdenciárias	13.301	Fiscais, cíveis e trabalhistas
Negociação e intermediação de valores	11.033	Outros Passivos
Resultados de Exercícios futuros	3.540	Outros passivos
Diversas	21.607	Outros Passivos
Diversas	23.067	Outras
Diversas	43.519	Fiscais, cíveis e trabalhistas

#### **Demonstração de Resultado**

<b>Nomenclatura Anterior Dezembro / 2019</b>	<b>Valor</b>	<b>Nomenclatura Atual Junho /2020</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(787)	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
Outras receitas operacionais	9.105	Outras receitas / (despesas) operacionais
Outras despesas operacionais	(86)	Outras receitas / (despesas) operacionais (Provisão) / Reversão passivos contingentes
Outras receitas operacionais	1.461	(Provisão) / Reversão passivos contingentes
Outras despesas operacionais	(2.618)	

#### **Balanço Patrimonial**

- Apresentação das contas do ativo e do passivo exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;
- Adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais, tais como: caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões.

#### **Demonstração do Resultado**

- Utilização de novas nomenclaturas de receitas e despesas de intermediação financeira em linha com os grupamentos apresentados no balanço patrimonial;
- Apresentação em destaque das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas;

## **Demonstração do Resultado Abrangente**

- A demonstração do resultado abrangente engloba o resultado e os outros resultados abrangentes do semestre, separados em itens que serão ou não reclassificados para o resultado em períodos posteriores. Outros resultados abrangentes são itens de receitas e despesas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. As demonstrações do resultado abrangente para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 são apresentadas nessas demonstrações financeiras.

## **Notas Explicativas**

Readequação da estrutura de apresentação das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais e de resultado. **Outras informações**

O Banco não adotou a prerrogativa da Resolução CMN n.º 4.720/2019 de divulgar demonstrações financeiras semestrais acompanhadas de notas explicativas selecionadas.

A autorização para emissão das demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2020 foi concedida pela Diretoria em 23 de setembro de 2020.

## **3 Principais práticas contábeis**

O Banco adota as seguintes principais práticas contábeis na elaboração de suas demonstrações financeiras:

### **a. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional e de apresentação do Banco é o Real.

As operações realizadas pela agência no exterior (Cayman) possuem como moeda funcional Dólar, porém para efeito da apresentação e consolidação no Banco o valor é convertido para reais de acordo com a taxa de câmbio de venda informada pelo Banco Central do Brasil.

O efeito da variação cambial resultante da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras investidas no exterior são registradas em contas destacadas do patrimônio líquido de acordo com a resolução CMN nº 4.524/16.

### **b. Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “*pro rata die*” para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

**c. Caixa e equivalentes a caixa**

Caixa e equivalentes a caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 3 meses e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**d. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**e. Títulos e valores mobiliários**

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.
- **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não se enquadram na categoria de títulos para negociação nem são mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

**f. Instrumentos Financeiros Derivativos**

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis.

Instrumentos Financeiros Derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não negociação (*Banking Book*) e de negociação (*Trading Book*). Adicionalmente, derivativos de alta liquidez transacionados em Bolsa de Valores são usados, dentro dos limites estreitos e periodicamente revistos, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação.

Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Esses limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são

monitorados por área independente das áreas operacionais e são reportados diariamente à alta administração.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, e a Carta-Circular BACEN nº 3.026, de 5 de julho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de *Swap* e *Non Deliverable Forward* ("NDF") e também Futuros, contabilizados com os seguintes critérios:

- Operações com futuros:

Os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas.

- Operações *Swap* e *Non Deliverable Forward*:

Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "*pro-rata die*" até a data do balanço.

As operações com instrumentos derivativos, efetuadas por solicitação de clientes ou por conta própria, que atendam ou não aos critérios de proteção (*hedge*) à exposição global de riscos e que não caracterizem como operações associadas de acordo com as premissas divulgadas pela circular nº 3.150/2002 do BACEN, são avaliadas pelo valor de mercado, contabilizando a valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, em conta de receita ou despesa, no resultado do semestre.
- Instrumentos financeiros considerados como *hedge*:
  - De risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do semestre.
  - De fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.
  - No momento da designação inicial do *hedge*, o Banco formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*,

juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*, considerando métodos de cálculo convencionais. O Banco faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existem uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto e *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80-125 por cento.

**g. Operações de crédito, câmbio e Provisão para perdas associadas ao risco de crédito**

As operações de crédito e câmbio são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, conforme política do Banco que leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação, seus devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda). Adicionalmente, além dos parâmetros estabelecidos na referida Resolução, o Banco faz uma provisão adicional, com base em metodologia interna, elaborada pela sua matriz.

O Banco possui políticas e procedimentos definidos para concessão de crédito, aprovados por seu Comitê de Crédito e incorporados aos sistemas de controles internos do Banco. Tais políticas e procedimentos determinam a necessidade de avaliação de dados dos clientes para definição do “Obligor Grade” - “grading” do cliente, considerando os aspectos qualitativos e quantitativos.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

O Banco contabiliza provisão sobre as garantias prestadas e operações de fianças, utilizando como critério, as mesmas políticas, observando, no mínimo, as premissas estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação e seus devedores, conforme já mencionado acima.

**h. Outros ativos**

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

**i. Ativo immobilizado**

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do semestre. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. As principais taxas anuais de depreciação são 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

**j. Ativo intangível**

O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por benfeitorias em imóveis de terceiros que é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do semestre, amortizadas pelo prazo contratual de locação.

**k. Redução do valor recuperável de ativos não monetários**

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

**l. Atualização monetária de direitos e obrigações**

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do semestre.

**m. Depósitos**

Os depósitos e são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata die*”.

**n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, a qual aprovou o CPC nº 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os critérios utilizados pela administração para mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes são:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização.
- **Contingências passivas** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando da existência de uma obrigação presente como resultado de um evento passado e com

base na opinião de assessores jurídicos e da administração for considerado provável uma saída de recurso que incorporam os benefícios econômicos para liquidar esta obrigação, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para contingências trabalhistas, as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida em primeira instância em vara trabalhista.

- **Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias** - Referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, atualizados com base nos extratos bancários dos mesmos, sem dedução das provisões para passivos contingentes e obrigações legais, em atendimento às normas do BACEN.

**o. Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é 20%.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;

Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social foram computados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e 20% para a contribuição social.

Os benefícios fiscais provenientes do direito de compensação de outras diferenças temporárias somente são reconhecidos quando efetivamente utilizados, conforme descrito na nota explicativa nº 19c.

**p. Plano de benefícios a funcionários**

O plano de benefícios pós-empregado compreende o compromisso assumido pelo Banco de complemento dos benefícios do sistema de previdência.

***Plano de Benefício Definido***

Para esta modalidade de plano, a obrigação da Patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica ao exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis.

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

O Banco Central emitiu em 25 de dezembro de 2015 a Resolução CMN nº 4.424 onde ele define que as instituições financeiras devem observar a partir de 1º de janeiro de 2016 o “Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

O Banco adota as premissas e os efeitos da adoção do CPC 33 (R1) desde 2013.

**q. Estimativas contábeis**

A elaboração de demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, imposto de renda deferido ativo, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo trimestralmente.

## 4 Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e equivalentes a caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão compostos da seguinte forma:

	<b>Junho / 2020</b>	<b>Dezembro/2019</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>504.024</b>	<b>45.607</b>
<b>(1) Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>1.584.993</b>	<b>1.894.964</b>
Aplicações no mercado aberto	1.438.992	1.490.190
Aplicações de depósitos interfinanceiros	107.114	138.776
Aplicações em Moedas Estrangeiras	38.887	265.998
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.089.017</b>	<b>1.940.571</b>

(1) Referem-se a operações com prazo original ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

## 5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações no mercado aberto, em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, estão compostas como segue:

	<b>Junho/2020</b>	<b>Dezembro/2019</b>
	<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>Aplicações de depósitos interfinanceiros</b>	<b>602.926</b>	<b>563.950</b>
<b>Total</b>	<b>602.926</b>	<b>563.950</b>

## 6 Títulos e valores mobiliários

O Banco não adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários com o propósito de negociá-los de forma ativa e frequente. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, está classificada na categoria títulos disponíveis para venda e está apresentada como segue:

	<b>Junho / 2020</b>		<b>Dezembro / 2019</b>	
	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Valor de Custo</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Valor de Custo</b>
<b>Títulos disponíveis para venda</b>				
Carteira própria:				
Letras Financeiras do Tesouro	939.058	939.434	1.908.498	1.908.506
Notas do Tesour Nacinal - Série F	54	53	55	53
Debêntures	86.046	84.005	-	-

Cotas de fundos de participação – FIP	633	641	629	641
	<b>1.025.791</b>	<b>1.024.133</b>	<b>1.909.182</b>	<b>1.909.200</b>

**Vinculados à prestação de garantias**

Letras Financeiras do Tesouro	515.653	515.753	499.103	499.108
	<b>515.653</b>	<b>515.753</b>	<b>499.103</b>	<b>499.108</b>
<b>Total geral</b>	<b>1.541.444</b>	<b>1.539.886</b>	<b>2.408.285</b>	<b>2.408.308</b>

	Junho / 2020			Dezembro / 2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
<b>Títulos disponíveis para venda</b>					
Carteira própria:					
Letras Financeiras do Tesouro	-	175.353	763.705	939.058	1.908.498
Notas do Tesouro Nacinal - Série F	-	54	-	54	55
Debêntures	-	-	86.046	86.046	-
Cotas de fundos de participação – FIP	633	-	-	633	629
	<b>633</b>	<b>175.407</b>	<b>849.751</b>	<b>1.025.791</b>	<b>1.909.182</b>
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>					
Letras Financeiras do Tesouro	74.336	263.040	178.277	515.653	499.103
	<b>74.336</b>	<b>263.040</b>	<b>178.277</b>	<b>515.653</b>	<b>499.103</b>
<b>Total geral</b>	<b>74.969</b>	<b>438.447</b>	<b>1.028.028</b>	<b>1.541.444</b>	<b>2.408.285</b>

(\*) Os títulos classificados na categoria disponíveis para venda possuem o valor de ajuste a valor de mercado registrado em contas de patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é calculado com base em cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado e modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que utilizam modelos matemáticos de interpolação de taxas para prazos intermediários.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são apurados da seguinte forma:

- **Títulos indexados à Taxas SELIC e DI** – O valor de mercado é obtido pela atualização do preço unitário de emissão pela SELIC acumulada no período, considerando o ágio ou deságio obtido junto ao mercado. O ágio ou deságio utilizado é obtido diariamente da

expectativa da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais para cada vencimento no dia anterior ao cálculo.

- **Títulos indexados a taxas prefixadas** – O valor de mercado é obtido através da taxa de desconto do(s) fluxo(s) futuro de pagamento do papel. A taxa é apurada através da curva de juros pré da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e em casos de títulos privados adicionado o risco de crédito da contraparte.
- **Cotas de fundos de investimentos** – O fundo de investimento é avaliado com base no último valor de cota divulgada pelo respectivo administrador, na data do balanço do patrimônio do respectivo fundo.
- **Debentures:** O valor de mercado é obtido através da curva de spread de crédito, a qual é derivada do BVAL da Bloomberg, que fornece preços para títulos de renda fixa. O modelo escolhido foi o Spread over Treasuries. No qual, o spread de crédito é definido como a diferença de rendimento entre um título de dívida e um título de dívida pública com vencimento semelhante.

Os títulos públicos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia do Banco Central do Brasil (SELIC).

As cotas de fundos e as debentures estão registradas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP).

## 7 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, compostos de operações de *Swap*, *Non Deliverable Forward* – NDF e futuros, encontram-se custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nas modalidades bolsa e balcão.

Abaixo segue os instrumentos financeiros derivativos explanados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	Junho / 2020		Dezembro / 2019	
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor Referencial do Contrato
<b>SWAP - Posição Ativa</b>				
PRE x CDI	15.077	25.263	331.050	349.650
PRE x DOLAR	-	-	-	102.196
CDI x DOLAR	-	-	-	15.000
DOLAR x CDI	12.021	13.209	177.089	141.916
	<b>27.098</b>	<b>38.472</b>	<b>508.139</b>	<b>608.762</b>

### NDF - Posição Ativa

PRE x DOLAR	7.473	7.115	33.214	785.849
DOLAR x PRE	369.184	335.945	779.359	695.732
PRE x EURO	2	11	145	1.505
PRE x IENE	367	659	566.251	62.771
EURO x PRE	959	572	4.800	-
	<b>377.985</b>	<b>344.302</b>	<b>1.383.769</b>	<b>1.545.857</b>

**Credit value adjustment  
 (CVA)**

CVA	-	(451)	-	-
	<b>-</b>	<b>(451)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>405.083</b>	<b>382.323</b>	<b>1.891.908</b>	<b>2.154.619</b>

**Junho / 2020** **Dezembro / 2019**

	<b>Valor de Custo</b>	<b>Valor de Mercado</b>	<b>Valor Referencial do Contrato</b>	<b>Valor Referencial do Contrato</b>
<b>SWAP - Posição Passiva</b>				
CDI x PRE	(589)	(938)	1.805	2.341
PRE x CDI	-	-	-	6.000
CDI x LIBOR	(115.567)	(114.728)	157.815	157.815
PRE x DOLAR	(30.266)	(26.916)	292.463	97.310
CDI x DOLAR	(97.844)	(99.640)	416.165	195.005
DOLAR x CDI	-	-	-	180.249
LIBOR x DOLAR	(791)	(2.028)	189.360	189.360
	<b>(245.057)</b>	<b>(244.250)</b>	<b>1.057.608</b>	<b>828.080</b>

**NDF - Posição Passiva**

PRE x DOLAR	(117.739)	(112.600)	217.830	256.838
DOLAR x PRE	(49.318)	(46.366)	269.939	1.826.854
PRE x EURO	(3.522)	(3.349)	9.318	-
PRE x IENE	(16.122)	(14.724)	1.757.313	-
	<b>(186.701)</b>	<b>(177.039)</b>	<b>2.254.400</b>	<b>2.083.692</b>

<b>Total</b>	<b>(431.758)</b>	<b>(421.289)</b>	<b>3.312.008</b>	<b>2.911.772</b>
--------------	------------------	------------------	------------------	------------------

**1- Composição de valor nominal por vencimento**

	<b>Junho / 2020</b>			<b>Dezembro / 2019</b>	
	<b>Até 3 meses</b>	<b>De 3 meses até 12 meses</b>	<b>Acima de 12 meses</b>	<b>Total</b>	<b>Valor Referencial do Contrato</b>
<b>Operações de SWAP</b>					
CDI x PRE	251	667	887	<b>1.805</b>	2.341

PRE x CDI	126.350	120.900	83.800	<b>331.050</b>	355.650
CDI x LIBOR	157.815	-	-	<b>157.815</b>	157.815
PRE x DOLAR	215.183	45.000	32.280	<b>292.463</b>	199.505
CDI x DOLAR	195.005	221.160	-	<b>416.165</b>	210.005
DOLAR x CDI	177.089	-	-	<b>177.089</b>	322.165
LIBOR x DOLAR	189.360	-	-	<b>189.360</b>	189.360
	<b>866.339</b>	<b>387.727</b>	<b>311.681</b>	<b>1.565.747</b>	<b>1.436.841</b>
<b>Operações de NDF</b>					
PRE x DOLAR	153.389	82.476	15.179	<b>251.044</b>	1.042.686
DOLAR x PRE	274.329	703.019	71.950	<b>1.049.298</b>	2.522.587
PRE x EUR	5.620	3.843	-	<b>9.463</b>	1.505
PRE x IENE	819.648	1.503.916	-	<b>2.323.564</b>	62.771
EURO x PRE	4.800	-	-	<b>4.800</b>	-
	<b>1.257.786</b>	<b>2.293.254</b>	<b>87.129</b>	<b>3.638.169</b>	<b>3.629.549</b>
<b>Total</b>	<b>2.124.125</b>	<b>2.680.981</b>	<b>398.809</b>	<b>5.203.916</b>	<b>5.066.390</b>

## 2- Composição do valor nominal por local de negociação

	Junho / 2020			Dezembro / 2019
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
Swaps	186.394	1.379.353	1.565.747	1.436.841
NDF	-	3.638.169	3.638.169	3.629.549
<b>Total</b>	<b>186.394</b>	<b>5.017.522</b>	<b>5.203.916</b>	<b>5.066.390</b>

## 3- Comparação entre valor de custo e o valor de mercado

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro bem como o resultado dos contratos de SWAP e NDF são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

**Futuros - B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão**

<b>Junho / 2020</b>				
	<b>Valor de referência (contábil)</b>			
	<b>Até 3 meses</b>	<b>De 3 a 12 meses</b>	<b>Acima de 12 meses</b>	<b>Total</b>
<b>FUTUROS- Valor referencial</b>				
<b>Compra</b>				
Cupom Cambial	286.367	67.372	1.456.849	<b>1.810.588</b>
Moeda				
Estrangeira	1.147.222	-	-	<b>1.147.222</b>
Taxa de Juros	677.529	2.936.018	512.737	<b>4.126.284</b>
	<b>2.111.118</b>	<b>3.003.390</b>	<b>1.969.586</b>	<b>7.084.094</b>
<b>Venda</b>				
Cupom Cambial	1.172.039	2.889.651	351.552	<b>4.413.242</b>
Moeda				
Estrangeira	379.443	-	-	<b>379.443</b>
Taxa de Juros	-	-	442.593	<b>442.593</b>
	<b>1.551.482</b>	<b>2.889.651</b>	<b>794.145</b>	<b>5.235.278</b>
	<b>3.662.600</b>	<b>5.893.041</b>	<b>2.763.731</b>	<b>12.319.372</b>
<b>Dezembro / 2019</b>				
	<b>Valor de referência (contábil)</b>			
	<b>Até 3 meses</b>	<b>De 3 a 12 meses</b>	<b>Acima de 12 meses</b>	<b>Total</b>
<b>FUTUROS- Valor referencial</b>				
<b>Compra</b>				
Cupom Cambial	113.829	428.882	659.309	<b>1.202.020</b>
Moeda				
Estrangeira	292.633	-	-	<b>292.633</b>
Taxa de Juros	973.117	776.147	75.973	<b>1.825.237</b>
	<b>1.379.579</b>	<b>1.205.029</b>	<b>735.282</b>	<b>3.319.890</b>
<b>Venda</b>				
Cupom Cambial	562.166	997.490	11.754	<b>1.571.410</b>
Moeda				
Estrangeira	97.744	-	-	<b>97.744</b>
Taxa de Juros	-	123.657	274.487	<b>398.144</b>
	<b>659.910</b>	<b>1.121.147</b>	<b>286.241</b>	<b>2.067.298</b>
	<b>2.039.489</b>	<b>2.326.176</b>	<b>1.021.523</b>	<b>5.387.188</b>

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros por metodologia de mercado à qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão.

O ajuste de marcação a mercado apurados com instrumentos financeiros derivativos referente ao semestre findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 40.703 (R\$ (11.320) em 30 de junho de 2019), e registrado em contas de resultado.

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019, são influenciados diretamente pelas taxas de juros de mercado praticadas por ocasião de sua negociação, bem como pela variação da taxa do dólar, estão assim compostos.

Instrumentos financeiros derivativos	Resultado			Junho / 2019		
	Junho / 2020	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
“Swap”	98.981	(174.224)	(75.243)	14.507	(12.409)	2.098
“NDF”	1.004.230	(457.626)	546.604	72.239	(55.037)	17.202
Mercado de Futuros	3.498.844	(3.668.701)	(169.857)	1.261.489	(1.320.482)	(58.993)
	<u>4.602.055</u>	<u>(4.300.551)</u>	<u>301.504</u>	<u>1.348.235</u>	<u>(1.387.928)</u>	<u>(39.693)</u>

#### 4- “Hedge accounting”

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Banco possuia operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira e operações de crédito pré-fixadas em reais. Tais operações foram designadas como *hedge* contábil e foram segregados entre;

- **Hedge de risco de mercado** – destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de “*hedge*” e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.
- **Hedge de fluxo de caixa** – destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de “*hedge*” são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço.

Foi procedida avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações de Futuros, designadas instrumentos de “*hedge*”, em conformidade com a

Circular BACEN nº 3.082/02. No semestre findo em 30 de Junho de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco não possuia operações de Swap como instrumento de “hedge”.

**4.1 Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador – Hedge de risco de mercado**

<b>Vencimentos - Valor Mercado – 2020</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Indexador</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 a 3 anos</b>	<b>3 a 5 anos</b>	<b>Total</b>
Futuros	Cupom Cambial	588.457	438.149	-	1.026.606
Futuros	Taxa de Juros	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>588.457</b>	<b>438.149</b>	-	<b>1.026.606</b>
				<u>Junho/ 2020</u>	<u>Dezembro/ 2019</u>
<b>Itens Objeto de “hedge”</b>					
<b>Ativo</b>					
Aplicações depósitos interfinanceiros					
Valor atualizado pelas condições pactuadas				-	31.593
Valor do ajuste				-	(795)
Valor de mercado				-	32.388
<b>Passivo</b>					
Operações de repasse					
Valor atualizado pelas condições pactuadas			(1.001.032)		(728.825)
Valor do ajuste			11.766		4.076
Valor de mercado			(1.012.798)		(732.901)
<b>Total Valor a mercado Objeto de “hedge”</b>			<b>(1.012.798)</b>		<b>(700.513)</b>
<b>Instrumentos de “hedge” a mercado</b>					
<b>Ativo</b>					
Futuros			1.026.606		724.658
<b>Passivo</b>					
Futuros			-		(32.319)
<b>Total Valor a mercado Intrumento de “hedge”</b>			<b>1.026.606</b>		<b>692.339</b>

**4.2 Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador – Hedge de fluxo de caixa**

<b>Vencimentos - Valor Mercado – 2020</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Indexador</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 a 3 anos</b>	<b>3 a 5 anos</b>	<b>Total</b>
Futuros	Cupom Cambial	67.372	753.675	7.874	828.921
<b>Total</b>		<b>67.372</b>	<b>753.675</b>	<b>7.874</b>	<b>828.921</b>
				<u>Junho/ 2020</u>	<u>Dezembro/ 2019</u>
<b>Itens Objeto de “hedge”</b>					
<b>Passivo</b>					
Operações de repasse					
Valor atualizado pelas condições pactuadas			(821.465)		(254.513)
<b>Instrumentos de “hedge”</b>					
<b>Ativo</b>					
Futuros			828.921		260.233
Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa			828		2.030

O valor de R\$ 828 (R\$ 2.030 em 31 de dezembro de 2019) em Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa será reconhecido no resultado pelo prazo do vencimento do objeto de hedge.

## 8 Relações interfinanceiras

Refere-se a operações de repasse de empréstimo do exterior, à Instituição Financeira no país e no exterior (agência em Cayman), e estão assim demonstradas já considerando as respectivas provisões. Os valores provisionados são baseados nas premissas da Resolução CMN nº 2.682/99 e totalizam o montante de R\$ 120 ( R\$ 48 em 31 de dezembro de 2019):

	<b>Junho/2020</b>	<b>Dezembro/2019</b>
A vencer:		
Até 30 dias	563	12.179
De 31 a 60 dias	35.705	40.534
De 61 a 90 dias	64	60.642
De 91 a 180 dias	-	60.439
De 181 a 360 dias	159.782	26.186
Acima de 360 dias	240.854	-
<b>Total</b>	<b>436.968</b>	<b>199.980</b>

## 9. Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito, em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, estão assim demonstradas:

### a. Por operação

<i>Descrição</i>	<b>Junho/2020</b>	<b>Dezembro/2019</b>
Adiantamento a Depositante	40	-
Conta garantida	-	3.739
Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 63)	164.893	121.641
Comprar	18.580	23.957
Capital de giro	795.658	556.497
Financiamentos em moeda estrangeira	-	32.545
Notas de Créditos para Exportação - NCE	317.617	294.324
<b>(*) Total de operações de crédito</b>	<b>1.296.788</b>	<b>1.032.703</b>
Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 10)	656.466	499.948
Rendas a receber sobre adiantamentos (nota explicativa nº 10)	10.752	4.776
<b>Total da carteira de crédito</b>	<b>1.964.006</b>	<b>1.537.427</b>

(\*) Os valores apresentados consideram o ajuste a mercado tido para operações de hedge accounting.

**b. Por vencimento**

	Junho 2020	Dezembro 2019
A vencer:		
Até 30 dias	239.276	75.840
De 31 a 60 dias	451.750	273.844
De 61 a 90 dias	218.051	140.118
De 91 a 180 dias	341.749	506.288
De 181 a 360 dias	413.466	353.338
Acima de 360 dias	299.714	187.999
<b>Total</b>	<b>1.964.006</b>	<b>1.537.427</b>

As operações de crédito dos 20 maiores devedores em 30 de junho de 2020 representam 88,49% da carteira de crédito (95,94% em 31 de dezembro de 2019), no montante de R\$ 1.737.937 (R\$ 1.475.015 em 31 de dezembro de 2019).

**c. Por nível de risco (“rating”)**

Nível de risco	% mínimo de provisão	Junho/2020			Dezembro/ 2019		
		Total das operações	% da carteira	Provisão	Total das operações	% da Carteira	Provisão
			constituída			constituída	
AA	-	1.957.423	99,97	3.003	1.337.689	87	1.953
A	0,5	6.583	0,03	43	199.738	13	1.085
<b>Total</b>		<b>1.964.006</b>	<b>100</b>	<b>3.046</b>	<b>1.537.427</b>	<b>100</b>	<b>3.038</b>

**d. Por setor de atividade**

	Junho/2020	Dezembro/ 2019
Setor privado:		
Indústria	1.445.826	1.237.472
Comércio	268.061	150.015
Outros serviços	250.119	149.940
<b>Total</b>	<b>1.964.006</b>	<b>1.537.427</b>

**e. Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito**

	Junho/2020	Dezembro/ 2019
Saldo inicial	3.038	1.484
Reversão de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(317)	(549)
Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	325	2.103
<b>Saldo final</b>	<b>3.046</b>	<b>3.038</b>

**f. Garantias prestadas**

O Banco efetuou provisão para perdas associadas ao risco de crédito sobre essas garantias de acordo com requerimento da Resolução CMN nº 4.512/16 do CMN e a Carta

Circular 3.782/16, os valores são baseados nas premissas da Resolução 2.682 e totalizam o montante de R\$ 3.519 (R\$ 4.771 em 2019):

	<b>Junho/2020</b>		<b>Dezembro/2019</b>	
	<b>Garantias Prestadas</b>	<b>Provisão</b>	<b>Garantias Prestadas</b>	<b>Provisão</b>
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	5.270	(44)	4.746	(57)
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	13.430	(1)	13.618	(1)
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	102.060	(163)	48.855	(154)
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	578.344	(1.522)	581.038	(1.791)
Outras Fianças Bancárias	253.038	(245)	185.765	(146)
Outras Garantias Financeiras Prestadas	842.842	(1.544)	821.317	(2.622)
<b>Total</b>	<b>1.794.984</b>	<b>(3.519)</b>	<b>1.655.339</b>	<b>(4.771)</b>

## 10. Carteira de câmbio

As operações de câmbio estão registradas em contas patrimoniais, conforme segue:

	<b>Junho/2019</b>	<b>Dezembro/2019</b>
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	1.063.958	873.126
Direitos sobre venda de câmbio	679.668	83.416
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(19.956)	(5.969)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 8a)	10.752	4.776
<b>Total</b>	<b>1.734.422</b>	<b>955.349</b>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	706.226	81.217
Obrigações por compra de câmbio	915.489	879.255
Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 8a)	(656.466)	(499.948)
<b>Total</b>	<b>965.249</b>	<b>460.524</b>

## 11. Ativo Fiscais

Estão representados pelos valores a seguir:

	<b>Junho/2020</b>	<b>Dezembro/2019</b>
Crédito tributário – Base negativa IR e CSLL (vide nota explicativa nº 18b)	10.561	15.155
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	6.788	14.780
Outros créditos tributários	26.032	16.087
<b>Total</b>	<b>43.381</b>	<b>46.022</b>

## 12. Outros ativos

Estão representados pelos valores a seguir:

	<b>Junho 2020</b>	<b>Dezembro 2019</b>
Material em estoque	55	37
Despesas antecipadas	1.584	1.172
Devedores por depósitos em garantia (vide nota explicativa nº 16)	16.717	16.778
Rendas a receber	1.283	1.540
Negociação e intermediação de valores	11.393	11.302
Outros	6.077	4.361

Total	<u>37.109</u>	<u>35.190</u>
-------	---------------	---------------

### 13. Imobilizado de Uso e Intangível

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está assim representado:

#### a. Imobilizado de uso

Descrição	Junho/ 2020			2019	
	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Instalações	10	4.394	(3.297)	1.097	1.248
Sistema de processamentos de dados	20	6.747	(5.371)	1.376	926
Móveis e equipamentos de uso	10	1.663	(1.176)	487	535
Sistema de comunicação	10	299	(162)	137	148
Sistema de segurança	10	300	(293)	7	8
Sistema de transporte	20	1.382	(1.213)	169	212
<b>Total</b>		<b><u>14.785</u></b>	<b><u>(11.512)</u></b>	<b><u>3.273</u></b>	<b><u>3.077</u></b>

#### b. Intangível

Descrição	Junho/2020			2019	
	Taxa anual de depreciação %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Software	20	11.314	(7.820)	3.494	3.825
Direito de Uso	20	1.666	(835)	831	414
<b>Total</b>		<b><u>12.980</u></b>	<b><u>(8.655)</u></b>	<b><u>4.325</u></b>	<b><u>4.239</u></b>

### 14. Depósitos

Composição por vencimento em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Descrição	Depósitos à vista		Depósitos à prazo		Depósitos interfinanceiros	
	Junho / 2020	Dezembro / 2019	Junho / 2020	Dezembro / 2019	Junho / 2020	Dezembro / 2019
Sem vencimento	98.848	76.100	-	-	-	-
Até 30 dias	-	-	31.315	85.648	-	-
De 31 a 60 dias	-	-	42.835	30.658	28.007	-
De 61 a 90 dias	-	-	33.818	61.468	45.988	1.376
De 91 a 180 dias	-	-	185.735	154.724	119	-
De 181 a 360 dias	-	-	616.082	955.219	30.806	714
Acima de 360 dias	-	-	372.930	857.896	9.801	-
<b>Total</b>	<b><u>98.848</u></b>	<b><u>76.100</u></b>	<b><u>1.282.715</u></b>	<b><u>2.145.613</u></b>	<b><u>114.721</u></b>	<b><u>2.090</u></b>

## **15. Obrigações por empréstimos e repasses**

As captações de recursos do exterior são basicamente realizadas mediante utilização de linhas de crédito concedidas pelo acionista Sumitomo Mitsui Banking Corporation, como segue:

### **a. Obrigações por empréstimos no exterior**

O saldo em 30 de junho de 2020 de US\$ 155.457 (US\$ 271.416 em 2019) é composto por financiamentos às exportações e importações, com vencimentos até 05 de março de 2021, sujeitos às taxas de juros de até 1,615% a.a., acrescidos de variação cambial para essas operações. O saldo 30 de junho de 2020 é de R\$ 851.194 (R\$ 1.093.657 em 31 de dezembro de 2019).

### **b. Obrigações por repasses do exterior**

Os repasses do exterior, em 30 de junho de 2020, correspondem a US\$ 444.760 (US\$ 326.740 em 2019). Tais obrigações, convertidas à taxa oficial de compra no fim do período, são regidas pela Resolução CMN nº 3.844/00 e estão sujeitas às taxas de juros que variam de 2,06% a.a. até 3,38% a.a., acrescidos de variação cambial, com vencimentos até 05 de julho de 2022. O saldo em 30 de junho de 2020 é de R\$ 2.435.243 (R\$ 1.320.874 em 31 de dezembro de 2019).

	<b>Junho / 2020</b>		
	<b>Até 12 meses</b>	<b>Acima de 12 meses</b>	<b>Total</b>
Obrigações por empréstimos no exterior	851.194	-	851.194
(*)Obrigações por repasses do exterior	870.289	1.564.954	2.435.243
<b>Total</b>	<b>1.721.483</b>	<b>1.564.954</b>	<b>3.286.437</b>

	<b>Dezembro / 2019</b>		
	<b>Até 12 meses</b>	<b>Acima de 12 meses</b>	<b>Total</b>
Obrigações por empréstimos no exterior	1.093.657	-	1.093.657
Obrigações por repasses do exterior	727.729	593.145	1.320.874
<b>Total</b>	<b>1.821.386</b>	<b>593.145</b>	<b>2.141.531</b>

(\*) Os valores apresentados consideram o ajuste a mercado tido para operações de hedge accounting, no montante de R\$ 11.766 (R\$ (2.030) em 31 de dezembro de 2019), conforme nota explicativa 7.4.

## **16. Outros Passivos e Provisões**

### **a. Outros Passivos**

<b>Descrição</b>	<b>Junho / 2020</b>	<b>Dezembro / 2019</b>
Cobrança e arrecadação de tributos federais	644	346
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito- FGC	292	419
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social -COFINS	639	813

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	232	295
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre operações de renda fixa	283	430
Imposto Sobre Serviços – ISS	380	430
Impostos e contribuições - serviços de terceiros	15	20
Impostos e Contribuições sobre salários	1.324	1.658
Negociação e intermediação de valores	9.604	11.033
Passivos atuariais	21.892	21.643
Programa de Integração Social	104	132
Resultado de exercícios futuros	2.248	3.540
Sociais e Estatutárias	2.080	3.659
Outros	391	354
<b>Total</b>	<b>40.128</b>	<b>44.772</b>
Passivo circulante	40.128	44.772
(*) Exigível a longo prazo	-	-

(\*) O Banco considera as obrigações em sua integralidade como passivo circulante, uma vez que não há data definida para execução das obrigações, podendo ocorrer tanto em período inferior ou em período superior a um ano.

#### b. Provisões

Descrição	Junho / 2020			Dezembro / 2019		
	Exigível a			Exigível a		
	Circulante	longo prazo	Total	Circulante	longo prazo	Total
Provisão para risco fiscais, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 17)	62.058	-	62.058	56.856	-	56.856
Provisão para despesas de pessoal	15.553	-	15.553	16.936	-	16.936
Provisão para despesas gerais	1.961	-	1.961	1.324	-	1.324
Garantias prestadas (nota explicativa nº 8.f)	1.551	1.968	3.519	2.362	2.409	4.771
<b>Total</b>	<b>81.123</b>	<b>1.968</b>	<b>83.091</b>	<b>80.178</b>	<b>2.409</b>	<b>79.887</b>

#### 17. Provisões para riscos fiscal, cível e trabalhista

Entre os processos judiciais que envolvem o Banco, há processos de natureza fiscal, cível e trabalhista. Os valores de provisão e respectivos depósitos judiciais estão demonstrados como segue:

Descrição	Provisão		Depósitos judiciais	
	Junho / 2020	Dezembro / 2019	Junho / 2020	Dezembro / 2019
Provisão para riscos fiscais:				
ISS - RJ (a)	-	-	4.665	4.593
ISS - SP (b)	-	-	818	2.181
IRPJ/CSLL Cetip (b1)	-	100	-	-
Obrigações legais:				
Desmutualização Cetip (h)	101	114	-	-
PIS compensação (c)	3.176	3.153	-	-
PIS emenda constitucional (d)	766	753	-	-

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (e)	9.475	9.395	9.475	9.396
<b>Total</b>	<b>13.518</b>	<b>13.515</b>	<b>14.958</b>	<b>16.170</b>
Provisão para riscos:				
Cíveis (f)	36.712	35.355	-	-
Trabalhistas (g)	11.828	7.986	1.759	608
<b>Total</b>	<b>48.540</b>	<b>43.341</b>	<b>1.759</b>	<b>608</b>
<b>Total de provisões e depósitos judiciais</b>	<b>62.058</b>	<b>56.856</b>	<b>16.717</b>	<b>16.778</b>

(a) O Banco possui processos fiscais relacionados a Imposto Sobre Serviços - Rio de Janeiro, onde são cobrados impostos sobre comissões recebidas em operações de empréstimos e repasses originados de receitas registradas sobre a rubrica rateio de resultados internos. A Administração entende, com base na opinião dos seus consultores jurídicos que as chances de êxito desse processo são possíveis, e portanto não foi efetuado provisionamento, mantendo, entretanto, o depósito judicial, requerido para andamento do processo na esfera jurídica cujo montante atualizado em 30 de Junho de 2020 é de R\$ 4.665 (R\$ 4.593 em 31 de dezembro de 2019).

(b) Os depósitos judiciais se referem à processos em discussão relacionados a Imposto Sobre Serviços - São Paulo, basicamente, relativa aos serviços de operações de câmbio no período de 2001 a 2003 e garantias prestadas no ano de 2004.

A administração entende com base na opinião dos seus consultores jurídicos, que as chances de êxito desses processos são possíveis, e, portanto não efetuou o provisionamento. O depósito judicial requerido para andamento do processo na esfera jurídica, representa o montante de R\$ 818 (R\$ 2.181 em 31 de dezembro de 2019). Houve trânsitos em julgado favoráveis ao banco cujos depósitos judiciais foram levantados nesse período. Aguardamos a autorização para levantamento dos depósitos que totalizam R\$ 766.

(c) Refere-se ao processo de compensação de créditos do Programa de Integração Social - PIS que vem sendo solicitada judicialmente relativa à glosa efetuada pela Receita Federal do Brasil de créditos compensados e não homologados. Os valores provisionados compreendem aos períodos que abrangem de setembro de 2002 a outubro 2005. O montante atualizado em 30 de Junho de 2020 é de R\$ 3.176 (R\$ 3.153 em 31 de dezembro de 2019).

(d) Refere-se ao processo relativo ao PIS anterioridade EC17/97, o qual discute a constitucionalidade do tributo. A provisão foi revertida no decurso do processo em virtude do arquivamento do processo administrativo e futuro êxito prático no processo judicial. Em 2019, remanesce provisionado somente o valor referente aos honorários dos advogados relativos ao processo judicial, os quais serão atualizados e pagos por ocasião do término do recurso em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, cujo montante, atualizado em 30 de Junho de 2020, é de R\$ 766 (R\$ 753 em 31 de dezembro de 2019).

(e) O Banco questiona a majoração de alíquotas de 18% para 30% referente ao ano de 1996 e a determinação da base de cálculo da contribuição social. Para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário foi realizado o depósito judicial do valor discutido.

De acordo com a opinião dos consultores jurídicos a chance de perda relacionada a esta discussão judicial é possível. Desta forma, por decisão da administração, foi constituída provisão, relativa ao diferencial recolhido a menor em virtude das matérias em análise, cujo montante atualizado em 30 de Junho de 2020 é de R\$9.475 (R\$ 9.396 em 31 de dezembro de 2019).

(f) A provisão refere-se basicamente a processos de expurgos inflacionários sobre operações de depósitos a prazo, em que há probabilidade de desembolso financeiro. A administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já foram tomados e são adequados em cada situação. O montante atualizado em 30 de Junho de 2020 é de R\$ 36.712 (R\$ 35.355 em 31 de dezembro de 2019).

(g) A provisão refere-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados pleiteando direitos trabalhistas que entendem que sejam devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida previamente pela Diretoria ou em primeira instância em vara trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os valores atualmente provisionados são adequados. O montante atualizado em 30 de Junho de 2020 é de R\$ 11.828 (R\$ 7.986 em 31 de dezembro de 2019).

(h) Trata-se de auto de infração de IRPJ e de CSLL e multa isolada, relativo ao ano base 2008, que deixaram de ser pagos em função de ganhos obtidos através do processo de desmutualização dos Títulos Patrimoniais da CETIP, o valor da provisão para 30 de Junho de 2020 é de R\$ 101 (R\$ 114 em 31 de dezembro de 2019). A parcela do processo, cuja chance de perda é remota e por isso não foi provisionada, R\$ 181.

### **Movimentação das provisões e das obrigações legais**

	<b>2020</b>			
	<b>Fiscal</b>	<b>Trabalhista</b>	<b>Cível</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>13.515</b>	<b>7.986</b>	<b>35.355</b>	<b>56.856</b>
Constituição de provisão	37	4.422	-	4.459
Atualização monetária	80	696	1.357	2.133
Reversões operacionais	(114)	-	-	(114)
Baixas por pagamento	-	(1.276)	-	(1.276)
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b>13.518</b>	<b>11.828</b>	<b>36.712</b>	<b>62.058</b>
	<b>2019</b>			
	<b>Fiscal</b>	<b>Trabalhista</b>	<b>Cível</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>13.163</b>	<b>5.919</b>	<b>32.444</b>	<b>51.526</b>
Constituição de provisão	58	683	-	741

Atualização monetária	128	8	1.741	1.877
Reversões operacionais	-	(1.461)	-	(1.461)
<b>Saldo em 30 de junho de 2019</b>	<b>13.349</b>	<b>5.149</b>	<b>34.185</b>	<b>52.683</b>

## 18. Patrimônio Líquido

### a. Capital social

O capital social em 30 de Junho de 2020 está representado por ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

	<b>Junho / 2020</b> Quantidade de ações (mil)	<b>Dezembro /2019</b> Quantidade de ações (mil)
Sumitomo Mitsui Banking Corporation (Japão)	1.559.697	1.559.697
Acionistas domiciliados no país	2	2
<b>Total</b>	<b>1.559.699</b>	<b>1.559.699</b>

### b. Dividendos

De acordo com a legislação societária e o estatuto social, é assegurado um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Em 30 de junho de 2020 se optou pelo não destaque dos dividendos/juros sobre o capital próprio, sendo o valor do lucro do semestre alocado na reserva estatutária para destinação futura.

### c. Reserva legal

A reserva legal foi constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

### d. Reserva estatutária

A reserva estatutária corresponde à transferência de saldo de lucros acumulados após as destinações obrigatórias. O saldo remanescente no valor de R\$ 235.263 (R\$ 212.917 em 31 de dezembro de 2019) será transferido para o exercício seguinte, ou terá a destinação que for proposta pela Diretoria, “ad referendum” da assembleia geral.

## 19. Imposto de renda e contribuição social

- a. Em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019, a despesa com imposto de renda e contribuição social foi assim apurada:

	<b>Junho / 2020</b>		<b>Junho / 2019</b>	
	<b>Imposto de renda</b>	<b>Contribuição social</b>	<b>Imposto de renda</b>	<b>Contribuição social</b>
Resultado antes da tributação após participações	41.776	41.776	32.781	32.781

Provisão de passivos contingentes	7.925	7.925	(3.588)	(3.588)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	326	326	1.073	1.073
Provisões temporárias	(6.537)	(6.537)	(1.748)	(1.748)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	10.127	10.127	11.319	11.319
Ajuste a valor de mercado operações "hedge accounting"	8.485	8.485	26.908	26.908
Despesas não dedutíveis	2.092	571	4.811	3.639
Operações BM&F	(28.367)	(28.367)	(24.168)	(24.168)
Outras adições/(exclusões)	(199)	(199)	(327)	(327)
Compensação de prejuízos fiscais anteriores	(10.688)	(10.232)	(14.118)	(13.766)
Lucro tributável	24.940	23.875	32.943	32.124
Imposto de renda - 15% (nota explicativa nº 3.o)	3.741	-	4.941	-
Adicional de imposto de renda - 10% (nota explicativa nº 3.p)	2.482	-	3.282	-
Lei Empresa Cidadã	(28)	-	-	-
Contribuição social - 20% (nota explicativa nº 3.p)	-	4.775	-	4.818
<b>Total</b>	<b>6.195</b>	<b>4.775</b>	<b>8.224</b>	<b>4.818</b>

b. Créditos tributários

Os créditos tributários foram constituídos em 30 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 76.113 tomando-se por base o total de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A Administração, baseada no estudo técnico elaborado, entende que esses créditos tributários serão passíveis de compensação no prazo de até 10 anos. Os valores encontram-se apresentados na rubrica "Ativos fiscais – crédito tributário".

**1. Composição do crédito tributário em 30 de junho de 2020**

Composição do crédito tributário	Junho / 2020	Dezembro / 2019
Prejuízo Fiscal	6.718	9.390
Base Negativa da contribuição social	3.843	5.765
<b>Total</b>	<b>10.561</b>	<b>15.155</b>

**2. Previsão de realização do crédito tributário em 30 de junho**

Exercício	Imposto de Renda Diferido	Contribuição social diferida
2020	2.465	1.355
2021	3.472	2.029
2022	781	459
<b>Total</b>	<b><u>6.718</u></b>	<b><u>3.843</u></b>

**3. Movimentação do crédito tributário**

A realização dos créditos tributários está ocorrendo conforme os valores estimados no respectivo estudo e suas premissas.

	Saldo em Dezembro / 2019	Realizações/ Constituições	Saldo em Junho / 2020
Prejuízo Fiscal	9.390	(2.672)	6.718
Base Negativa de CSLL	5.765	(1.922)	3.843
<b>Total</b>	<b><u>15.155</u></b>	<b><u>(4.594)</u></b>	<b><u>10.561</u></b>

**Movimentação do resultado com ativos fiscais diferidos:**

	Junho / 2020	Junho / 2019
Realização do prejuízo fiscal - IR	2.672	3.530
Realização da base negativa - CSLL	1.922	2.065
Demais Créditos Tributários	1.394	(3.304)
<b>Total</b>	<b><u>5.988</u></b>	<b><u>2.291</u></b>

**4. Valor presente do crédito tributário**

Exercício	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Total
2020	2.440	1.341	3.781
2021	3.325	1.943	5.268
2022	707	416	1.123
<b>Total</b>	<b><u>6.472</u></b>	<b><u>3.700</u></b>	<b><u>10.172</u></b>

**c. Outros créditos tributários**

Outros créditos tributários: O Banco possui ainda, créditos e obrigações fiscais diferidas nos montantes de R\$ 25.901 e R\$ 22.602 (R\$ 15.862 e R\$ 11.441 em 31 de dezembro de 2019) respectivamente, que estão relacionados exclusivamente com os ajustes ao valor de mercado das operações com títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, conforme determina a Circular BACEN nº 3.068, e ao valor de mercado de instrumentos derivativos de acordo com a circular nº 3.082. As regras de reconhecimento dos efeitos do exigível atuarial relacionados ao plano de aposentaria de

benefícios definido e dos benefícios pós-emprego referente ao Plano de Assistência Médica nos quais o Banco é patrocinador (conforme CVM 600 e 695/2015) também estão sendo considerados.

Existem ainda créditos tributários não ativados sobre provisões temporárias no montante de R\$ 28.576 (R\$ 20.581 em 31 de dezembro de 2019), e também créditos não ativados sobre provisão para perdas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 1.369 (R\$ 744 em 31 de dezembro de 2019), devido à incerteza de sua realização em prazo inferior a 10 anos.

## **20. Demonstração do resultado**

### **a. Operações de crédito**

	<b>Junho/2020</b>	<b>Junho/2019</b>
Rendas de empréstimos	66.315	31.927
Rendas de financiamentos e repasses	<u>76.452</u>	<u>(1.230)</u>
<b>Total</b>	<b><u>142.767</u></b>	<b><u>30.697</u></b>

### **b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários**

	<b>Junho/2020</b>	<b>Junho/2019</b>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	41.840	86.134
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	<u>106.302</u>	<u>67.349</u>
<b>Total</b>	<b><u>148.142</u></b>	<b><u>153.483</u></b>

### **c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos**

	<b>Junho/2020</b>	<b>Junho/2019</b>
Receitas com operações de Swaps, Futuros e NDF	4.602.055	1.348.235
Despesas com operações de Swaps, Futuros e NDF	<u>(4.300.551)</u>	<u>(1.387.928)</u>
<b>Total</b>	<b><u>301.504</u></b>	<b><u>(39.693)</u></b>

### **d. Resultado operações de câmbio**

	<b>Junho/2020</b>	<b>Junho/2019</b>
Rendas de câmbio	320.710	25.341
Despesas de câmbio	<u>(3.631)</u>	<u>(31.623)</u>
<b>Total</b>	<b><u>317.079</u></b>	<b><u>(6.282)</u></b>

### **e. Operações de captação no mercado**

	<b>Junho/2020</b>	<b>Junho/2019</b>
Despesas com depósitos a prazo	(28.631)	(58.281)

Despesas com depósitos interfinanceiros	(202)	(229)
Despesas com operações compromissadas	(209)	(416)
Despesas com contribuição ao fundo garantidor de crédito	(1.028)	(1.249)
<b>Total</b>	<b>(30.070)</b>	<b>(60.175)</b>

#### **f. Operações de empréstimos e repasses**

	<b>Junho/2020</b>	<b>Junho/2019</b>
Despesas com repasses do BNDES		(59.202)
Despesas com empréstimos e repasses no exterior	(790.425)	64.922
Despesas com dívida subordinada		(8.470)
Despesas com Redesconto		(1)
<b>Total</b>	<b>(790.425)</b>	<b>(2.751)</b>

#### **g. Receita de prestação de serviços**

	<b>Junho/2020</b>	<b>Junho/2019</b>
Receitas de tarifas e serviços	2.798	1.143
Receitas de intermediação de negócios (vide nota explicativa nº 21a)	5.062	4.208
Rendas de garantias prestadas	9.336	10.323
<b>Total</b>	<b style="text-align: right;">17.196</b>	<b style="text-align: right;">15.674</b>

#### **h. Despesas de pessoal**

	<b>Junho/2020</b>	<b>Junho/2019</b>
Proventos	(21.418)	(19.362)
Encargos sociais	(7.553)	(6.549)
Benefícios	(3.894)	(4.428)
Honorários da Administração	(2.173)	(1.740)
Treinamento	(180)	(103)
<b>Total</b>	<b style="text-align: right;">(35.218)</b>	<b style="text-align: right;">(32.182)</b>

#### **i. Outras despesas administrativas**

	<b>Junho/2020</b>	<b>Junho/2019</b>
Despesas com aluguel	(2.587)	(2.569)
Despesas de processamento de dados	(8.966)	(8.925)
Despesas com serviços técnicos especializados	(2.820)	(2.381)
Despesas de comunicação	(3.506)	(2.616)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(1.667)	(1.450)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(234)	(347)
Despesas com serviços de vigilância e segurança	(298)	(283)
Despesas de transporte	(97)	(115)
Despesas de material	(98)	(78)
Despesas de água, energia e gás	(125)	(137)
Despesas com serviços de terceiros	(271)	(402)
Despesas de propaganda e publicidade	(138)	(174)

	<b>Junho/2020</b>	<b>Junho/2019</b>
Despesas de seguros	(145)	(128)
Despesas de promoções e relações públicas	(46)	(79)
Despesas de contribuições filantrópicas	(8)	(43)
Despesas de amortização e depreciação	(1.297)	(1.338)
Outras despesas administrativas	(1.182)	(1.210)
<b>Total</b>	<b>(23.485)</b>	<b>(22.275)</b>

**j. Despesas tributárias**

	<b>Junho/2020</b>	<b>Junho/2019</b>
COFINS	(3.665)	(5.166)
ISS	(876)	(802)
PIS	(596)	(839)
Outros	(70)	(2.992)
<b>Total</b>	<b>(5.207)</b>	<b>(9.799)</b>

**k. Outras receitas (despesas) operacionais**

	<b>Junho/2020</b>	<b>Junho/2019</b>
Reversão de provisões garantias prestadas	1.252	471
Reversão de provisões operacionais	4.481	6.651
Multas Indenizatórias	297	1.303
Atualização depósitos judiciais	199	327
Recuperação de encargos e despesas	277	353
Outras despesas	(302)	(86)
<b>Total</b>	<b>6.204</b>	<b>9.019</b>

**l. (Provisão) / Reversão de provisão para passivos contingentes**

	<b>Junho/2020</b>	<b>Junho/2019</b>
Despesa de provisões passivos contingentes	(4.459)	(741)
Reversão de provisões passivos contingentes	1.390	1.461
Atualização passivos contingente	(2.133)	(1.877)
<b>Total</b>	<b>(5.202)</b>	<b>(1.157)</b>

**m. Resultado não operacional**

	<b>Junho/2020</b>	<b>Junho/2019</b>
Outras receitas não operacionais	22	236
Outras despesas não operacionais	-	(55)
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>181</b>

## **21. Transações e saldos com partes relacionadas**

### **a. Transações com controladores (diretas e indiretas)**

Os saldos de transações com partes relacionadas com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation, são os seguintes:

	<b>Ativo / (passivo)</b>		<b>Receita / (despesa)</b>	
	<b>Junho/2020</b>	<b>Dezembro/2019</b>	<b>Junho/2020</b>	<b>Junho/2019</b>
Disponibilidades - depósito no exterior em moeda estrangeira	493.670	13.275	-	-
Aplicações em moeda estrangeira no exterior	38.412	265.998	75.234	6.222
Valores a receber - comissão por intermediação de negócios-vide (nota explicativa nº 20.g)	5.029	4.118	5.062	4.208
Obrigações por empréstimos no exterior	(851.194)	(1.093.657)	(279.803)	15.760
Obrigações por repasses do exterior	(2.435.243)	(1.320.874)	(510.620)	(9.642)
Dívida subordinada		-		(8.470)
<b>Total</b>	<b>(2.749.326)</b>	<b>(2.131.140)</b>	<b>(710.127)</b>	<b>8.708</b>

### **b. Remuneração do pessoal - chave da Administração**

Para atendimento da Resolução nº 4.636/18 e também ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, foi definido como pessoal chave dessa instituição, todos os membros que compõem sua Diretoria.

O montante global da remuneração dos Diretores é distribuído de acordo com o que determina o Estatuto Social do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Na última reforma estatutária ocorrida em abril de 2019, manteve fixado o valor mensal máximo global de R\$ 600 para remuneração dos diretores (proventos).

#### **Benefícios de curto prazo a diretores**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Proventos	2.173	1.740
Remuneração variável	2.013	1.594
Contribuições ao INSS/FGTS	1.010	1.013
<b>Total</b>	<b>5.196</b>	<b>4.347</b>

#### **Benefícios pós emprego**

De acordo com o regulamento do Fundo de Pensão, os diretores podem optar pela participação no Plano de Previdência Complementar de benefício definido, patrocinado integralmente pelo Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. nas mesmas condições dos demais funcionários do Banco (nota explicativa nº 22).

O Banco não concede benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

**c. Outras informações**

Conforme Resolução nº 4.693/18, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas, cumulativamente, as condições relacionadas nos itens, demonstrados abaixo:

- As operações de crédito com partes relacionadas, ressalvados os casos previstos na legislação ou na regulamentação específica, somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.
- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido o valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e em instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:
  1. 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
  2. 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

Considera-se independente o diretor ou conselheiro de administração que atenda, no mínimo, às seguintes condições, em ambas as contrapartes:

I - não detenha participação qualificada, não seja acionista controlador, membro do grupo de controle ou de outro grupo com participação qualificada, nem cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau destes;

II - não esteja vinculado por acordo de acionistas; e

III - não seja ou tenha sido nos últimos três anos:

- a) diretor ou membro de órgãos estatutários ou contratuais, inclusive nas suas empresas ligadas;
- b) funcionário, inclusive de suas empresas ligadas;
- c) cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas “a” e “b”; e
- d) beneficiário de remuneração, além da relacionada à atividade de conselheiro independente ou a eventual participação societária.

Em 30 de junho de 2020 não foram efetuados pelo Banco, empréstimos, financiamentos ou qualquer outro adiantamento à Diretoria ou qualquer um de seus familiares.

Os membros da Diretoria, não possuem qualquer participação acionária no Banco.

## 22. Benefícios pós-emprego patrocinados

O exigível atuarial do Banco foi apurado de acordo com o modelo estabelecido no plano respectivo e representa o montante dos compromissos assumidos e a assumir.

O cálculo atuarial é atualizado anualmente na data base de 31 de dezembro.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2015, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo das perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas até o momento, em contrapartida de conta do patrimônio líquido.

### a. Plano de Aposentadoria

O Banco é patrocinador do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro Sociedade de Previdência Privada (“Entidade”), constituída em 20 de abril de 1992, e que tem como finalidade básica a concessão de benefícios de pecúlios e/ou rendas suplementares aos funcionários e diretores do patrocinador, através de um plano de aposentadoria do tipo “benefício definido”. No plano, os participantes (empregados) têm o direito a um benefício na data do término do vínculo empregatício, calculado de acordo com as disposições do regulamento e cujo valor dependerá do salário e tempo de serviço do participante na data do desligamento.

Em 31 de dezembro de 2019, não tivemos variações significativas nos parâmetros de atualizações atuariais.

Descrição	Plano de Aposentadoria	
	31/12/2019	31/12/2018
Valor presente das obrigações atuariais	43.420	53.536
Valor justo dos ativos do plano	(38.020)	(51.809)
Déficit/ (Superávit) para planos cobertos	5.400	1.727
Ajustes por diferimentos permitidos		
Efeito do limite de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido	5.400	1.727
<b>Premissas atuariais:</b>		
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	6,78% a.a.	8,95% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,71% a.a.	7,12% a.a.

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,64% a.a.	4,00% a.a.
Índice estimado de inflação	3,60% a.a.	4,00% a.a.
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo	AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo
Tábua Biométrica de entrada em invalidez	Tábua "Mercer" 0,30/ (tempo de serviço+1)	Tábua "Mercer" 0,30/ (tempo de serviço +1)
Taxa de rotatividade esperada	10% na 1 <sup>a</sup> data de elegibilidade à aposentadoria antecipada;	
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	3% entre a 1 <sup>a</sup> elegibilidade à aposentadoria antecipada e normal; 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal.	

### **Análise de Sensibilidade**

O valor presente da obrigação atuarial é sensível a variações nas principais hipóteses: taxa de desconto, crescimento salarial e expectativa de vida. Os impactos no valor presente da obrigação atuarial são demonstrados, considerando a taxa de desconto básica adotada para esta Avaliação Atuarial (10,00% aa):

<b>Valor Presente das Obrigações</b>	<b>Análise de Sensibilidade</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Taxa de Desconto: redução de 0,25%	1.089	1.801
Taxa de Desconto: aumento de 0,25%	(1.059)	(1.909)

### **b. Plano de Saúde**

Até novembro de 2017 o Plano de Saúde oferecido pelo Banco Sumitomo Mitsui a seus colaboradores era contributivo, gerando a obrigação de extensão da cobertura, mediante pagamento dos respectivos prêmios aos aposentados e desligados da empresa, nos termos dos Art. 30 e 31 da Lei nº 9.656/98. As contribuições ao plano foram interrompidas a partir de dezembro de 2017, porém remanesce um grupo de colaboradores que têm direito à referida extensão, sendo apresentado o seguinte passivo atuarial:

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Saúde</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Passivo (Ativo) atuarial líquido	16.243	8.286
Total	16.243	8.286
<b>Premissas atuariais/Hipóteses Atuariais</b>		
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	7,11%aa	9,12%aa
Índice estimado de inflação	3,60%aa	4,00%aa

Tábua Biométrica de Rotatividade	0,15 / (Tempo de Serviço) + 1	0,15 / (Tempo de Serviço) + 1
Tábua biométrica de entrada em aposentadoria	55 anos	55 anos
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo e desagravada em 10%	AT-2000 segregada por sexo e desagravada em 10%
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	Decrescendo de 8,26% aa a 4,64% aa	Decrescendo de 9,20% aa a 5,04% aa
Correção da Contribuição do Participante	Inflação (HCCTR)	Inflação (HCCTR)
Correção do Custo do Plano	Inflação (HCCTR) + Aging Factor	Inflação (HCCTR) + Aging Factor
Percentual de Optantes pela Permanência no Plano	Aposentadoria: 100% Desligamento: 100%	Aposentadoria: 100% Desligamento: 100%
Fator de Idade (Aging Factor)	3,00% (por ano - idade)	3,00% (por ano - idade)
Composição Familiar - Ativos	90% Casados	90% Casados
Diferença de Idade Titular/Cônjugue	4 anos	4 anos
Composição Familiar Aposentados	Família Real	Família Real

## **23. Estrutura de gerenciamento de risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e de Gerenciamento de Capital**

### ***Risco operacional***

Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, comportamento humano e sistemas, ou ainda, proveniente de eventos externos. Nesta definição, inclui-se o risco legal.

A estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional é considerada um fator estratégico e competitivo para o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. e está definida na Política de Gerenciamento de Risco Operacional do Banco estabelecida e aprovada, no mínimo anualmente, pela Diretoria do Banco nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, se reportando diretamente à Diretoria do Banco. É importante ferramenta para o gerenciamento eficaz do capital econômico e regulatório do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro.

O Gerenciamento de Risco Operacional do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adota um modelo de gestão em parceria com as áreas de negócios do Banco, proporcionando assim uma visão clara da divisão dos papéis e responsabilidades táticos e estratégicos entre as áreas de negócios e a área de Gestão de Risco Operacional, possibilitando a coordenação e cooperação de todos do Banco na redução de perdas operacionais e duplicidade nas atividades.

Neste modelo de gestão a área de Gestão de Risco Operacional é responsável por:

- i. Definir as estrutura, políticas e ferramentas para o gerenciamento de risco operacional;
- ii. Efetuar testes periódicos e independentes dos controles dos riscos identificados;
- iii. Elaborar relatórios periódicos;

- iv. Coordenar os comitês de gerenciamento de risco operacional instituídos no Banco;
- v. Consolidar e monitorar as perdas ocorridas no Banco.

A Diretoria, alinhada à sua Política de Governança Corporativa, reconhece, participa e é responsável pela contínua melhoria dessa estrutura, visando garantir o cumprimento dos objetivos e metas traçados e a segurança e qualidade aos clientes, acionistas e partes relacionadas com o Banco.

Com relação ao cálculo de requerimento de capital para Risco Operacional, o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adotou o modelo de cálculo com base na Abordagem do Indicador Básico, também conhecida como "BIA".

As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional do Banco, bem como a responsabilidade da Diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público, disponível no sítio eletrônico [www.smbcgroup.com.br](http://www.smbcgroup.com.br).

### **Risco de Mercado e Liquidez**

O Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação de preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adota uma política e uma exposição bastante conservadora aos fatores de risco de mercado.

O Risco de Liquidez é a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de o Banco não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez é representada por uma unidade específica no Banco, independente da área de negócios e auditoria, e se reporta diretamente à Diretoria do Banco. É responsável pelo gerenciamento de risco de mercado, liquidez e de crédito, tendo como responsabilidade assegurar práticas prudentes e técnicas idôneas de controles de risco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro.

A política de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez é pautada no controle diário das posições de risco de mercado do Banco, no controle dos Limites para posições, dividido em Limites para exposição à taxa de juros e exposição em taxas de câmbio, além de Limites/Diretrizes para "Stop Loss". Além disso, o Departamento de Gerenciamento de Risco monitora o risco de mercado também através da metodologia de *Value at Risk* (VAR) paramétrico e testes de estresse.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez foi implementada de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.557/17, sendo aprovada e revisada no mínimo, anualmente pela Diretoria do Banco. Com o intuito de garantir a implantação das diretrizes e políticas vigentes, o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. tem implementado o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), que se reúne mensalmente, com a participação de membros da Diretoria, e extraordinariamente sempre que necessário. Dentre seus objetivos estão a deliberação sobre a política de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez, política de gerenciamento de ativos e passivos, a garantia da observância de limites/diretrizes para o risco de mercado e liquidez, assegurar que o Banco mantenha níveis adequados e suficientes de liquidez e verificação de procedimentos no tratamento de novos produtos e sua estrutura de gerenciamento de riscos.

As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco Mercado e Liquidez do Banco constam em relatório de acesso público, disponível no sítio eletrônico [www.smbcgroup.com.br](http://www.smbcgroup.com.br). A Diretoria do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A é responsável por todas as informações divulgadas.

### **Risco de crédito**

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização dos ativos de crédito, decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Risco de Crédito está fortemente relacionado com outros tipos de risco, como o Risco de Mercado e de Liquidez. Estes tipos de riscos, muitas vezes, derivam do Risco de Crédito e podem se manifestar simultaneamente.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito foi implementada nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, aprovada e revisada, no mínimo, anualmente pela Diretoria do Banco. É representada por uma unidade específica, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à Diretoria do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está implementada de forma a manter as políticas, procedimentos e sistemas para o monitoramento e controle de risco de crédito de acordo com as regras vigentes, assegurando assim, que o risco de crédito é identificado, mensurado, monitorado, controlado e reportado à Diretoria, de forma a permitir o adequado tratamento do risco como um dos vetores de crescimento e rentabilidade.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito contempla políticas e estratégias claramente definidas e devidamente documentadas e revisadas, estabelecendo limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Diretoria do Banco.

As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco Crédito do Banco, bem como a responsabilidade da Diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público, disponível no sítio eletrônico [www.smbcgroup.com.br](http://www.smbcgroup.com.br).

### ***Gerenciamento de capital***

O gerenciamento do capital é definido como um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco.

A estrutura de gerenciamento de capital foi implementada nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, aprovada e revisada, no mínimo, anualmente pela Diretoria do Banco. A estrutura de gerenciamento de capital está sob a responsabilidade do Departamento de Gerenciamento de Riscos, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à Vice-Presidência do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pelo Banco, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Tem como objetivo identificar e avaliar todos os riscos relevantes do Banco de acordo com políticas e estratégias para manter o capital compatível com os riscos incorridos.

A principal fonte de informação para fins da cálculo para apuração do capital regulatório é o documento CADOC 2061 – DLO Demonstrativo de Limites Operacionais, submetido mensalmente ao BACEN onde é detalhado todos os componentes do “PR” – Patrimônio de Referência que será a base referencial para fins de adequação ao capital mínimo regulatório conforme pronunciamentos da Basileia III.

Para fins de apuração do capital mínimo requerido o total do RWA é calculado através de some dos ativos ponderados pelo riscos de crédito, mercado e operacional:

$$\triangleright \text{RWA} = \text{RWAcPad} + \text{RWAmPad} + \text{RWAoPad}$$

O RWA total consiste na soma desses ativos devidamente ponderados.

### **Índice da Basileia**

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.193/13 e 4.192/13, apresentando índice de Patrimônio em relação aos Ativos Ponderados, conforme segue:

	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Risco de Crédito	5.064.905	3.893.765
Risco de Mercado	1.135.633	304.955
Risco Operacional	336.308	338.983
<b>Ativos ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>6.536.846</b>	<b>4.537.703</b>
Parcela Rban	2.087	3.754

<b>Patrimônio de Referência Níveis I e II (PR)</b>	<b>1.803.523</b>	<b>1.765.220</b>
Patrimônio de Referência Exigido (RWA*8%)	522.948	363.016
<b>Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido</b>	<b>1.280.576</b>	<b>1.402.204</b>
Índice de Basiléia (IB) - PR/RWA	27,59%	38,90%

\*O percentual mínimo exigido para Patrimônio de Referência de 2020 é de 8,625% e 1,25% referente ao Adicional de Conservação de Capital (2019 – 8,625% e 1,875%).

Caso o Banco necessite de capital adicional, o plano de contingência é o aumento de capital através de injeção de capital pela casa matriz SMBC Tokyo.

Qualquer incidente ou problema relevante deve ser imediatamente direcionado ao Comitê de Governança do banco que é o grupo designado a centralizar as decisões e definições de medidas para remediar quaisquer problemas relativo à adequação de capital.

O Banco no intuito de adotar uma postura prospectiva, e antecipar-se a necessidade de capital, tem estabelecido o Comitê de Novos Produtos e Serviços, com a participação permanente do Departamento de Gerenciamento de Riscos, onde é feita uma análise do produto e/ou serviço antes de sua implantação no Banco.

O Banco não adota Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) segundo Artigo 6º da Resolução CMN nº 4.557/2017.

O Departamento de Gerenciamento de Riscos acompanha o comportamento da carteira diariamente, e em caso de discrepâncias, comunica a Alta Administração imediatamente de forma a dar tratamento adequado à adequação de capital.

Em caso de mudança relevante nos cenários, a divisão de Finance irá requisitar a equipe de IRM (Integrated Risk Management) que ela realize testes de stress sob condições mercadológicas e econômicas extremas.

As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Capital constam em relatório de acesso público, disponível no sítio eletrônico [www.smbcgroup.com.br](http://www.smbcgroup.com.br). A Diretoria do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. é responsável por todas as informações divulgadas.

### **Mensuração de Valor Justo**

A determinação dos valores justos de ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor presente líquido, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Banco utiliza modelos de avaliação

amplamente reconhecidos na maioria de seus produtos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, levando em consideração dados observáveis no mercado.

- Nível 1 - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são ajustados pelo valor de mercado, possuem alta liquidez e seus preços disponíveis no mercado. Foram enquadrados nessa categoria os títulos disponíveis para a venda e os futuros da bolsa.
- Nível 2 - Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis em um mercado ativo, mas são apreçados a partir de preços cotados para instrumentos semelhantes ou técnicas de precificação que utilizem dados observáveis no mercado. Foram enquadrados nessa categoria o SWAP, NDF e as Debêntures, onde metodologia utilizada é o “mark to model”, onde os inputs são coletados do mercado.
- Nível 3 - Precificação de ativos onde os dados não estão disponíveis no mercado. Sendo assim, de acordo com as melhores práticas de mercado, o valor justo de alguns produtos como Notas Promissórias, Letras Financeiras é calculado por meio do Spread de Crédito para incorporar o risco de crédito do emissor no preço do ativo..

Ativo	Junho/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>				
SWAP	-	38.472	-	38.472
NDF	-	346.963	-	346.963
Futuros da Bolsa	11.393	-	-	11.393
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>1.455.398</b>	<b>86.046</b>	-	<b>1.541.444</b>
<b>Total</b>	<b><u>1.466.158</u></b>	<b><u>471.481</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>1.938.272</u></b>

Passivo	Junho/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>				
SWAP	-	(244.249)	-	(244.249)
NDF	-	(179.701)	-	(179.701)
Futuros da Bolsa	(9.569)			(9.569)
<b>Repasses - Objeto de hedge</b>	<b>-</b>	<b>(1.012)</b>	<b>-</b>	<b>(1.012)</b>
<b>Total</b>	<b><u>(9.569)</u></b>	<b><u>(424.962)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(434.531)</u></b>

Ativo	Dezembro/2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>				
SWAP	-	19.866	-	19.866
NDF	-	38.847	-	38.847
Futuros da Bolsa	11.302	-	-	11.302
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>2.408.285</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.408.285</b>
<b>Depósitos Interfinanceiros - Objeto Hedge</b>		32.388		32.388
<b>Total</b>	<b><u>2.419.587</u></b>	<b><u>91.101</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>2.510.688</u></b>

**Passivo**

**Instrumentos financeiros derivativos**

SWAP	-	(122.211)	-	(122.211)
NDF	-	(55.669)	-	(55.669)
Futuros da Bolsa	(11.033)			(11.033)
<b>Repasses - Objeto de hedge</b>	-	( 728.825 )	-	(728.825)
<b>Total</b>	<b>(11.033)</b>	<b>( 906.705 )</b>	<b>-</b>	<b>(917.738)</b>

## **24 – Outros Assuntos**

Desde o início de janeiro de 2020, os mercados financeiros globais monitoram e reagem à epidemia de Covid-19. Embora os esforços de contenção iniciados nos países asiáticos tenham ajudado a desacelerar o crescimento do vírus em algumas localidades, no final de fevereiro e no início de março de 2020, os mercados financeiros globais reagiram fortemente à notícia de que o vírus se espalhara para os demais países ocidentais, inclusive no Brasil, fato que acabou se confirmado. A reação dos mercados financeiros globais tem sido bastante negativa, com quedas dos preços das ações, valorização do dólar e queda dos juros dos títulos norte-americanos. A Administração do Banco entende que não haverá impacto financeiro nas Demonstrações Financeiras do Banco em 30 de Junho de 2020 como resultado deste evento subsequente e, está monitorando os desenvolvimentos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações das autoridades de saúde brasileira e seguindo as melhores práticas gerais de resposta à pandemia. Ressaltamos que até o presente momento, não houve impacto significativo nas operações, dado a seleção criteriosa da carteira de clientes e a agilidade com que nossos funcionários foram realocados ao home office.